

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CERRO LARGO
CURSO DE LETRAS – PORTUGUÊS E ESPANHOL

CAMILA STASIAK

**ENTRE A ESTRUTURA E O ACONTECIMENTO: UM OLHAR DISCURSIVO
SOBRE O GÊNERO NEUTRO**

CERRO LARGO

2022

CAMILA STASIAK

**ENTRE A ESTRUTURA E O ACONTECIMENTO: UM OLHAR DISCURSIVO
SOBRE O GÊNERO NEUTRO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Letras, Português e Espanhol da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de licenciada em Letras Português/Espanhol.

Orientador: Prof.^a Dr.^a Caroline Mallmann Schneiders

CERRO LARGO

2022

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Stasiak, Camila

ENTRE A ESTRUTURA E O ACONTECIMENTO:: UM OLHAR
DISCURSIVO SOBRE O GÊNERO NEUTRO / Camila Stasiak. --
2022.

45 f. : il.

Orientadora: Professora Doutora Caroline Mallmann
Schneiders

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
Licenciatura em Letras - Português e Espanhol, Cerro
Largo, RS, 2022.

I. Schneiders, Caroline Mallmann, orient. II.
Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

CAMILA STASIAK

**ENTRE A ESTRUTURA E O ACONTECIMENTO: UM OLHAR DISCURSIVO SOBRE
O GÊNERO NEUTRO**

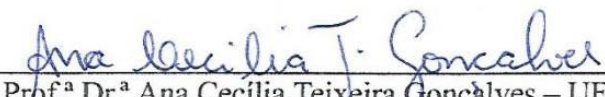
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Letras, Português e Espanhol da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de licenciada em Letras Portugues/Espanhol.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 17/08/2022.

BANCA EXAMINADORA


Prof.^a Dr.^a Caroline Mallmann Schneiders – UFFS
Orientadora


Prof.^a Dr.^a Ana Beatriz Ferreira Dias – UFFS
Avaliadora


Prof.^a Dr.^a Ana Cecilia Teixeira Gonçalves – UFFS
Avaliadora

Dedico este trabalho a todos que, como eu, são
interessados pelos estudos da linguagem.

A entrada no simbólico é irremediável e permanente: estamos comprometidos com os sentidos e o político. Não temos como não interpretar. Isso, que é contribuição da análise de discurso, nos coloca em estado de reflexão e, sem cairmos na ilusão de sermos conscientes de tudo, permite-nos ao menos sermos capazes de uma relação menos ingênua com a linguagem (ORLANDI, 2020, p. 7-8).

RESUMO

Esse estudo é motivado pelo interesse em investigar a língua enquanto objeto social e fenômeno de disputas ideológicas, nesse cenário, atualmente, o gênero neutro é visto como um fenômeno da linguagem interessante que visa reivindicar direitos pela língua. Tendo isso em vista, o objetivo da presente pesquisa é lançar gestos de interpretação a discursos acerca do gênero neutro para compreender quais efeitos de sentidos são materializados. Com essa finalidade, constituiu-se um arquivo de pesquisa de discursos que circula(ra)m acerca do assunto e, a partir do material mobilizado, delimitaram-se sequências discursivas que comportam o *corpus* analítico, as quais têm como parâmetros de seleção regularidades linguísticas a fim de compreender como o sujeito produz sentidos. Para a concretização dos devidos fins, o trabalho fundamenta-se na perspectiva teórico-metodológica da Análise de Discurso Pecheutiano. Compreende-se, pois, que esse estudo põe em circulação diferentes perspectivas sobre a língua e é importante na medida em que contribui para reflexões sobre o funcionamento linguístico atualmente. O resultado das análises demonstrou que o gênero neutro é uma questão política e ideológica no campo da linguagem, e que a língua, nesses discursos, funciona tanto como estrutura quanto como acontecimento.

Palavras-chave: Análise de Discurso; Ideologia; Língua. Gênero Neutro.

ABSTRACT

This study is motivated by the interest in investigating the language as a social object and a phenomenon of ideological disputes, in this scenario, nowadays, the gender-neutral language has been faced as an interesting phenomenon of language that aims to claim rights throughout the language. With this in mind, the aim of this work is to comprehend by gestures of interpretation some discourses about the gender-neutral language to understand what meaning effects are materialized. With this purpose, is constituted an archive with discourses that circulated and still in circulation about the topic, then, from the mobilized material, were delimited discursive sequences, which constitute the analytical *corpus*, having as a selection parameter the linguistic regularities in order to comprehend how the discursive subject means. For achieving the proposed aim, the work is based on Pêcheux's theoretical and methodological foundations of Discourse Analysis. It is understood that this study put into circulation different perspectives concerning the language and it is important as far as it contributes to reflections about how the language works nowadays. The result of the analysis revealed the neuter gender is an ideological and political issue in the field of language working not only as structure, but also as an event.

Keywords: Discourse Analysis. Ideology. Language. Gender-neutral

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Língua enquanto acontecimento	29
Quadro 2 - Língua enquanto estrutura	29-30

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. A CONSTITUIÇÃO DO DISPOSITIVO TEÓRICO-ANALÍTICO	12
2.1 A ANÁLISE DE DISCURSO	12
2.2 ENTRE SUJEITOS E FORMAÇÕES DISCURSIVAS: A IDEOLOGIA CONSTITUTIVA	15
2.3 OS EFEITOS DA MEMÓRIA DISCURSIVA	18
3. O GÊNERO NEUTRO: UM OLHAR PARA A ESTRUTURA DA LÍNGUA PORTUGUESA	22
4. A CONSTITUIÇÃO DO ARQUIVO E DOS GESTOS DE INTERPRETAÇÃO	28
4.1 O PROCESSO DE DE-SUPERFICALIZAÇÃO	30
4.2 O LOGICAMENTE ESTABILIZADO: DA ESTRUTURA AO ACONTECIMENTO	37
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
6. REFERÊNCIAS	42
7. ANEXO A – Cartilha de boas vindas PUC	44

1. INTRODUÇÃO

A língua(gem) objeto político que, por seu caráter social, organiza as relações em sociedade, sempre despertou interesse de estudo. Desde a antiguidade vem sendo utilizada com diferentes finalidades, sendo tanto objeto da filosofia grega, quanto estudada para fins religiosos, como no caso da Índia, com os estudos do sânscrito para a produção dos sons exatos de cânticos sagrados (PFEIFFER, 2006). Diante desses diferentes interesses e abordagens, é no século XIX, através das contribuições de Saussure, que estes estudos ganham proporção de ciência, com a instauração da ciência da linguagem, a Linguística.

Essas reflexões sobre a linguagem, grande parte das vezes, estiveram relacionados à primazia da gramática, outro campo do conhecimento bastante antigo, que se apresenta como um modo de instrumentalização dos saberes sobre a língua. Nessa perspectiva, a língua como objeto de disputas por poder e manifestação das relações de força entre sociedade é vinculada, historicamente, a regras do bem falar.

Nesse sentido, a língua, enquanto associada a diferentes abordagens e disputas ideológicas regulamentada pela gramática, interessa, nesta pesquisa, justamente para problematizar questões recentes sobre a linguagem, a saber, as discussões que vêm se instalando a respeito do gênero neutro. Discussões que perpassam diferentes esferas sociais e que apresentam variadas posições acerca do assunto é o objeto de interesse nessa reflexão, ou seja, discutir justamente como a língua é passível de jogo de forças e exposta à exterioridade.

Vale ressaltar que a questão que envolve o gênero neutro, nesta pesquisa, o encara, antes de tudo, como um fenômeno da linguagem, sendo artigo de interesse neste meio linguístico. Portanto, consideram-se os discursos acerca do gênero neutro como objetos de reflexão sobre as práticas de linguagem neste panorama gramatical.

Atualmente, o gênero neutro é um termo que busca, por meio da língua, modificar substantivos e adjetivos, segundo seus adeptos, com a finalidade de tornar a comunicação menos sexista e excludente. Isto ocorre por existir, na Língua Portuguesa, palavras que privilegiam mais homens do que mulheres, por exemplo, além de os substantivos e adjetivos serem regidos pela binariedade entre feminino e masculino. Neste âmbito, o gênero neutro promove a não marcação de gênero pela desinência “e” ao final das palavras, tratamento que possibilita uma neutralidade de gênero e não apenas a binariedade de modo a não privilegiar uns em detrimento de outros.

Vinculado aos movimentos LGBTQIA¹⁺, o gênero neutro vem ganhando espaço na sociedade, uma vez que é um dos modos de esta população reivindicar espaço a partir do uso da língua e buscar representatividade/visibilidade. Entretanto, a questão gera discussões acerca de seu uso, e corrobora em distintas perspectivas, variáveis conforme as posições em que os sujeitos se inscrevem ideologicamente, de acordo com determinadas formações discursivas (FDs).

Desse modo, o objetivo da pesquisa é compreender os efeitos de sentidos materializados em discursos selecionados acerca do gênero neutro na contemporaneidade. Com essa finalidade, constituiu-se um arquivo de pesquisa composto de discursos proferidos por duas especialistas na área de Linguística e outros discursos que circula(ra)m no contexto educacional, fazendo-se também presentes nas redes sociais, como o YouTube. A partir do material mobilizado, delimitaram-se sequências discursivas que comportam o *corpus* de análise, as quais têm como parâmetros de seleção regularidades linguísticas, a fim de compreender como o sujeito se inscreve no discurso e em quais FDs se vincula.

Portanto, para a concretização dos objetivos propostos, dialoga-se com os pressupostos teóricos e metodológicos da Análise de Discurso de linha franco-brasileira, em que se mobilizam saberes teóricos que auxiliam a interpretação dos efeitos de sentido circunscritos nos discursos. O trabalho divide-se, primeiramente, em uma imersão analítica em que se desenvolvem conceitos de língua e discurso, formação discursiva e memória discursiva; em seguida, o gênero neutro a partir de uma perspectiva vinculada à gramática da língua portuguesa. Traçam-se dois movimentos de análise, a saber o estudo das materialidades linguísticas e, enfim, a relação do discurso com a ideologia.

¹ É um acrônimo utilizado para incluir a diversidade de gênero: L para lésbicas; G para gays; B para bissexuais; T para transgêneros e travestis; Q para queers e questionandos; I para pessoas intersexo (pessoas que nasceram com genitálias ambíguas e/ou cromossômicos, fenótipos, genótipos que não podem ser definidos como homem/macho ou mulher/fêmea); A para pessoas assexuais; e + para outras sexualidades e identidades de gênero ainda não incluídas ou reivindicadas.

Adaptado de: <https://pji.portaldosjornalistas.com.br/wp-content/uploads/2020/05/GuiaTodxsNos.pdf>

2. A CONSTITUIÇÃO DO DISPOSITIVO TEÓRICO-ANALÍTICO

2.1 A ANÁLISE DE DISCURSO

Objetiva-se, nesta pesquisa, lançar gestos de interpretação sobre alguns discursos que estão em circulação acerca do gênero neutro. Sobretudo, procura-se explicitar o funcionamento discursivo por meio da análise dos efeitos de sentidos produzidos em tais discursos e as possíveis vinculações com Formações Discursivas. Para tanto, apresenta-se a perspectiva analítica utilizada que é amparada pelas contribuições da Análise de Discurso, mobilizando conceitos intrínsecos como de língua, discurso, ideologia e sujeito.

Partindo deste viés discursivo, a Análise de Discurso (AD) de linha franco brasileira é uma disciplina que “trabalha com a língua no mundo” (ORLANDI, 2020, p.13), tendo como interesse não o que o texto quer dizer em uma perspectiva de análise de conteúdo, mas, sim, compreender como o texto produz sentidos, ou seja, seu funcionamento. A AD constitui-se por contribuições de três áreas disciplinares, a Linguística, o Marxismo e a Psicanálise e estabelece o estudo da linguagem para além do campo frasal, causando um deslocamento teórico nos estudos linguísticos do momento, e determinando o discurso como seu novo objeto de análise.

Esse campo teórico estuda a maneira como a língua e ideologia são materializadas no discurso pela relação com a exterioridade. É nesse sentido que se pretende investigar os discursos acerca do gênero neutro, objetivando identificar e compreender como a presença do simbólico e da ideologia produzem sentidos por meio do funcionamento do discurso selecionado, lançando olhares ao que não é dito, mas significa a partir de gestos interpretativos.

Para tanto, alguns conceitos da AD encontram-se fundamentais na construção do dispositivo de análise deste trabalho. A língua, por exemplo, não é considerada como código, mas sim como funcionamento, uma vez que é tida como o modo de significação em sua relação com a exterioridade, tendo o discurso como materialidade, o qual, também, representa aspectos ideológicos. Essa questão é imprescindível na presente pesquisa, uma vez que a problemática em torno do gênero neutro, centra-se no entendimento que se tem sobre o conceito ‘língua’, o qual, segundo o viés discursivo, no *corpus* em análise, funciona, por vezes, como acontecimento – a língua passível ao equívoco, por outras, como estrutura - a língua em sua estabilidade.

Nesse sentido, a língua, na AD, difere-se da noção desenvolvida pela linguística estrutural, a qual a observa como sistema fechado. Para AD, a língua é exposta a falhas e equívocos, é preciso, portanto, pensá-la com seus constituintes, os efeitos exteriores, as interpretações e sua heterogeneidade, assim como reitera Ferreira,

A língua na Análise do Discurso é tomada em sua forma material enquanto ordem significante capaz de equívoco, de deslize, de falha, ou seja, enquanto sistema sintático intrinsecamente passível de jogo que comporta a inscrição dos efeitos lingüísticos materiais na história para produzir sentidos (FERREIRA, 2003, p.196).

Desse modo, ao pensar a língua fora de um sistema formal, os discursos em circulação sobre o gênero neutro são compreendidos em sua estrutura e acontecimento, ou seja, "nem o exatamente fixado, nem a liberdade em ato" (ORLANDI, 2020, p. 51). Nessa perspectiva, o simbólico e a sujeição da língua ao equívoco intervém e tornam possível a constituição mútua entre sujeitos e sentidos, que, por sua vez, escorregam e derivam, o que torna possível a presença de sentidos outros na relação significativa.

Para Pêcheux (2008), essa noção de falha e equívoco, está relacionada ao conceito de incompletude, que, segundo esse teórico, torna possível compreender que "todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro" (PÊCHEUX, 2008, p.53). Assim, compreende-se a incompletude discursiva como a abertura para o simbólico e para o funcionamento do discurso-outro.

Dessa forma, os gestos de interpretação lançados aos discursos acerca do gênero neutro levam em consideração a incompletude da linguagem. Portanto, nesta pesquisa, não se objetiva esgotar os sentidos das materialidades, mas, sim, considerar a possibilidade de sentidos outros, em uma perspectiva em que os sentidos não estão acabados e podem ser reinterpretados a partir de um novo olhar analítico.

Nesse cenário, é importante destacar também a não transparência da linguagem que considera investigar como um texto produz seus sentidos a partir da materialidade que é disposta pelo discurso, compreendendo que a AD "não procura atravessar o texto para encontrar um sentido do outro lado. A questão que ela coloca é: como este texto significa?" (ORLANDI, 2020, p. 16).

Ao se considerar a língua em sua opacidade, enfatiza-se que "não há uma verdade oculta atrás do texto" (ORLANDI, 2020, p.24), por outro lado, há um dispositivo teórico e analítico para a análise dos dizeres. De acordo com Orlandi, a AD vê a questão do sentido

exposta na própria materialidade do texto, “trabalhando a opacidade do texto e vendo nesta opacidade a presença do político, do simbólico, do ideológico, o próprio fato do funcionamento da linguagem: a inscrição da língua na história para que ela signifique” (2012, p. 21).

Por trabalhar com o discurso em sua opacidade, enquanto vinculado a perspectivas sociais e gramaticais, expostos, por seu funcionamento, ao equívoco da língua, o movimento de análise dos discursos acerca do gênero neutro leva em consideração sua forma material. Segundo Ferreira, a “forma material não é transparente nem literal, mas opaca, porque histórica, sujeita aos mal-entendidos, aos deslizamentos, enfim, ao real da língua” (FERREIRA, 2021, p.49).

Nesse viés discursivo, a língua tem como materialidade o discursivo e é esta materialidade que permite vislumbrar vieses discursivos. É no discurso que se materializam as construções de sentidos entre os sujeitos que colocam em funcionamento, dentro das formações discursivas que se inscrevem, aspectos da ideologia, o discurso, é, portanto, para a AD,

o objeto que nos permite observar as relações entre ideologia e língua, bem como os efeitos do jogo da língua na história e os efeitos desta na língua. É através do discurso que se vai compreender como um material simbólico produz sentidos e como o sujeito se constitui (FERREIRA, 2003, p. 193).

É possível compreender, então, assim como pontua Ferreira, que o discurso materializa as relações da língua pela sujeição à história e à ideologia, tornando possível as evidências da textualização do político. Nesse contexto, este objeto sócio-histórico representa os efeitos de sentido entre sujeitos que são interpelados por uma ideologia e por ela significam.

Portanto, é a partir deste dispositivo analítico que se lançam gestos de interpretação à materialidade discursiva, a qual fornece pistas da textualização do discurso. Por meio dessas evidências, se atravessa o efeito da transparência da linguagem, para que seja possível vislumbrar a aparência simbólica do texto como objeto político e ideológico.

Ao relacionar estes conceitos que constituem a AD, propõe-se refletir sobre sua contribuição para a compreensão do funcionamento discursivo do *corpus* de análise. Ressalta-se, pois, a proposta de observar a língua em sua discursividade, ao compreender que os discursos acerca do gênero neutro remetem a posições ideológicas e, para tanto, consideramos a AD indispensável, uma vez que, segundo Orlandi, esse dispositivo teórico “visa fazer

compreender como os objetos simbólicos produzem sentidos, analisando assim os próprios gestos de interpretação que ela considera como atos no domínio simbólico, pois eles intervêm no real do sentido (2020, p.24).

2.2 ENTRE SUJEITOS E FORMAÇÕES DISCURSIVAS: A IDEOLOGIA CONSTITUTIVA

O sujeito, na AD, enuncia a partir de um lugar social que lhe é constitutivo e, para significar, deve estar submetido à língua e à história, sofrendo assim os efeitos do simbólico, efeitos esses que tornam possível a formulação dos sentidos. Para o viés discursivo, não há sujeito sem ideologia, é a ideologia que interpela o indivíduo em sujeito, como afirma Pêcheux, o “não-sujeito” é interpelado-constituído em sujeito pela ideologia” (1995, p. 155). Entende-se, portanto, que o sujeito inscrito nos discursos acerca do gênero neutro, além de relacionar-se com uma posição social, conseqüentemente, produz sentidos conforme sua ideologia, que, ao ser estudada, proporciona compreender o funcionamento discursivo.

Diante disso, considerando o sujeito discursivo como um sujeito ideologicamente constituído, pretende-se identificar a quais formações discursivas as posições-sujeito acerca do gênero neutro se vinculam. Esse movimento torna-se possível visto que as FDs fazem parte do interdiscurso, que, de acordo com Pêcheux (1995), é a noção de que algo fala sempre antes, em determinado lugar, estabelecendo assim a relação do discurso com já-ditos, e conseqüentemente, com a memória discursiva, e o intradiscurso que torna possível a atualização dos dizeres. Portanto, pelas relações estabelecidas no interdiscurso se pode vislumbrar os diferentes sentidos atribuídos aos discursos e vinculá-los a uma FD e não a outra.

Essa atualização dos dizeres só é possível a partir da inscrição do sujeito em determinada formação discursiva, as quais são identificadas como regionalizações que existem dentro da totalidade do Interdiscurso (INDURSKY, 2005). Para Pêcheux, “Formação discursiva é aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes determina o que pode e deve ser dito” (PÊCHEUX, 1995, p.160).

Em outras palavras, a constituição das formações discursivas ocorre pelo interdiscurso, o qual regionaliza os saberes e permite ao sujeito identificar-se a um determinado domínio de saber e inscrever-se inconscientemente para produzir sentidos. Encontra-se, então, um

indivíduo assujeitado pela ideologia que materializa seu discurso por meio de uma memória discursiva (interdiscurso), determinado pelo o que pode e deve, ou não, ser dito, conforme sua formação ideológica, sendo através da disposição desses saberes que o sujeito significa nas diferentes situações discursivas.

As referidas formações ideológicas (FI) são, de acordo com Pêcheux (1995, p.160), as redes que definem o sentido das palavras/proposições, concomitante com a ideologia do sujeito que as profere. Neste meio, cada ideologia constitui-se como uma formação ideológica, a qual comporta, em seu interior, uma ou mais formações discursivas (FDs).

Dessa forma, sendo as FDs são o conjunto de práticas discursivas as quais materializam a possibilidade dos dizeres em conformidade com a instância ideológica (FIs) que o sujeito se inscreve. Cabe destacar que, nesse processo, o sujeito não é homogêneo, mas sim, constituído por posições-sujeito, desse modo, pode assumir diferentes pontos de vista dentro de sua FD, assim como demonstra Ferreira, “Na Análise do Discurso, mais do que o sujeito, interessam as posições sujeito, uma vez que o sujeito é pensado discursivamente como uma posição entre outras” (FERREIRA, 2003, p.192).

Nesse viés, o sujeito é capaz de se deslocar na FD a partir de tomadas de posição já que, segundo Orlandi, “o sujeito, na análise de discurso, é posição entre outras, subjetivando-se na medida mesmo em que se projeta de sua situação (lugar) no mundo para sua posição no discurso” (ORLANDI, 2012, p. 99). Dessa forma, o sujeito pode assumir diferentes posições dentro da mesma formação discursiva além de que as proposições mudam de sentido conforme as formações discursivas de quem as profere, ou seja, terão sentidos distintos se empregadas por sujeitos distintos.

A título de exemplo, considera-se a posição-sujeito de um Gramático que é inscrito ideologicamente em determinada formação discursiva de viés normativo sobre a língua, se, em seu discurso, mobilizar a temática da linguagem neutra, teremos um determinado sentido. Em contraposição, se tivermos a posição-sujeito 2: Um linguista que mobiliza a mesma temática, a saber, linguagem neutra, serão materializados sentidos diferentes. Pêcheux explicita essa relação: “Nestes casos, as palavras, expressões, proposições etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas nas quais as posições se inscrevem (PÊCHEUX, 1995, p.160).

Desse modo, ao falar em posição sujeito, entende-se que é o modo como o sujeito se relaciona com os saberes que constituem a formação discursiva em que se inscreve. No exemplo anterior, demonstramos que as mesmas proposições podem significar diferentemente

haja vista que seus discursos são afetados pelas posições ideológicas particulares de cada sujeito, é o que se observa nos estudos de Haroche; Henry; Pêcheux,

As FI possuem, por sua vez, um caráter “regional” ou específico e compreendem posições de classe. O que explica que se pode, a partir de FI antagônicas, falar dos mesmos “objetos” (a democracia, a liberdade, o pluralismo...) e fazê-lo de “formas diferentes” (“as palavras mudam de sentido em função das posições de quem as emprega” (HAROCHE; HENRY; PÊCHEUX, 1971, p. 74, apud Courtine, 2020, p.62).

Logo, é através das diferentes posições-sujeito que o sujeito se significa e pode se relacionar, identificando-se, contra-identificando-se e se desidentificando, com o domínio de saber a que se filia. Desse modo, as tomadas de posição pelo sujeito apontam para a heterogeneidade das formações discursivas.

Assim, é importante considerar, de acordo com Pêcheux (1995), que o sujeito, conforme suas tomadas de posição, pode assumir diferentes modalidades. A primeira modalidade caracteriza-se por uma identificação plena do “bom sujeito” com os domínios da FD que se vincula, apresentando assim uma perspectiva que Pêcheux chamou de “livremente consentido”. Por outro lado, na segunda modalidade, há a contra-identificação do sujeito com a FD, que consiste no discurso de um “mau sujeito”, o qual “se contra-identifica com a formação discursiva que lhe é imposta pelo “interdiscurso” como determinação exterior de sua interioridade subjetiva” (PÊCHEUX, 1995, p. 215).

Concomitante a isso, pode-se demonstrar um exemplo, expõe-se a posição-sujeito de uma mãe que trabalha como professora. Ao dialogar com seu filho, a mãe assume uma determinada posição, a posição-sujeito mãe. Já no contexto educandário, esta mesma mãe, que é professora, assume outra posição-sujeito, a saber, a posição-sujeito professora, diferente da posição-sujeito mãe. No entanto, este mesmo sujeito, mãe/professora, não rompe com a FD a qual se inscreve, sua ideologia é a mesma, porém sua posição-sujeito será distinta conforme o auditório e o intercâmbio comunicativo.

Neste âmbito, as proposições não significam em si mesmas, mas são pré-determinadas pela posição ideológica do sujeito que, por sua vez, se relacionam com a formação discursiva dada. De acordo com Pêcheux, as proposições podem receber diferentes sentidos dependentes da situação e da ideologia do sujeito,

De modo correlato, se se admite que as *mesmas* palavras, expressões e proposições *literalmente diferentes*, podem, no interior de uma formação discursiva dada “ter o mesmo sentido” o que, - se estamos sendo bem compreendidos - representa, na verdade, a condição para que cada elemento (palavra, expressão ou proposição) seja dotado de sentido (PÊCHEUX, 1995, p. 161).

Fica evidente, então, que, “o sujeito significa na história e ideologia, sendo que a ideologia é que torna possível que saibamos o sentido das coisas” (ORLANDI, 2020, p. 94). Dessa forma, o discurso recebe sentidos dependendo da formação discursiva na qual se produz, ela rege os dizeres desse sujeito, o que faz com que este mobilize dizeres de uma forma e não de outra, assim como explicita Sousa,

O sujeito é posição no discurso, afetado pela interpelação ideológica que sinaliza quais e como os sentidos podem ser ditos, parecendo naturais, óbvios e transparentes; assim, a ideologia tece a trama de que certos dizeres estão autorizados a serem tomados como próprios pelo/do sujeito em determinadas condições sócio-históricas, a partir do lugar de onde ele fala e das regiões de poder implicadas nesse falar (SOUSA, 2020, p. 363).

Diante disso, assim como Pêcheux, considera-se o sujeito desta pesquisa como um sujeito ideológico e determinado por formações discursivas. Do mesmo modo, esta relação é base para que se possa traçar gestos interpretativos ao discurso e compreendê-lo conforme as diferentes posições sujeito a que o *corpus* de análise remete, indicando o modo como cada sujeito se relaciona com o interdiscurso e se identifica com diferentes FDs.

2.3 OS EFEITOS DA MEMÓRIA DISCURSIVA

Para a AD, todo discurso remete a uma memória, a qual, por sua vez, está inscrita no interdiscurso, tudo aquilo que deve ser dito em conformidade com o que já foi dito antes, ou seja, é uma rede que disponibiliza todas as formulações de dizeres já esquecidos que influenciam e tornam possível a significação atual do sujeito. De acordo com Pêcheux, o interdiscurso se caracteriza como,

Propomos chamar interdiscurso a esse “todo complexo com dominante” das formações discursivas, esclarecendo que também ele é submetido à lei de desigualdade-contradição-subordinação que, como dissemos, caracteriza o complexo das formações ideológicas (PÊCHEUX, 1995, p.162).

A memória discursiva é tratada como o interdiscurso e faz-se essencial na compreensão do funcionamento dos discursos em análise. Compreende-se, pois, a memória como um saber que torna possível a retomada de dizeres esquecidos.

O ponto de encontro entre esta memória discursiva e a atualidade se chama intradiscurso, é desse modo que, segundo Orlandi, “todo dizer, na realidade, se encontra na confluência de dois eixos: o da memória (constituição) e o da atualidade (formulação)” (2020,

p. 31). Neste contexto, o sujeito produz sentido a partir de outros discursos já cristalizados pela memória discursiva e atualizados no intradiscurso. Do mesmo modo, procura-se observar nos discursos que constituem o *corpus* de análise quais memórias são mobilizadas e ressignificadas pelos efeitos do intradiscurso e que permitem compreender as posições ideológicas dos discursos.

Nesta conexão entre memória discursiva, que sustenta todo o dizer, e sua relação com a atualidade tem-se que, de acordo com Indursky, “os saberes, representados pelos enunciados, existem em uma estrutura, que tanto pode ser tomada em sua existência vertical quanto horizontal” (INDURSKY, 2003, p. 103). Dessa forma, o sujeito resgata seus dizeres do interdiscurso, onde encontra saberes já cristalizados e esquecidos e os atualiza pelo intradiscurso, mobilizando sua enunciação pela posição-sujeito ideologicamente inscrita em uma formação discursiva.

Para explicitar a noção exposta por Indursky, identifica-se que o eixo vertical é composto pelo interdiscurso, local em que se encontram saberes já ditos, mas que são esquecidos para possibilitar a constituição do discurso, sendo o eixo da *constituição* do discurso, conforme Orlandi postula. Nesse meio, o sujeito irá mobilizar esses dizeres pelos efeitos da memória afetada pelo esquecimento.

Já o eixo horizontal é situado pelo intradiscurso o qual permite que a formulação em assonância com a constituição, ocorra. No intradiscurso, temos um momento de atualização dos dizeres do interdiscurso. Esses dois aspectos (interdiscurso e intradiscurso) são simultâneos e dependentes, pois, como define Orlandi, “a constituição determina a formulação, pois só podemos dizer (formular) se nos colocarmos na perspectiva do dizível (interdiscurso, memória) (2020, p. 31).

Esta relação entre interdiscurso e intradiscurso é essencial para a AD, pois é assim que as práticas discursivas se efetivam e significam e os sujeitos produzem seus dizeres na história. Nas palavras de Indursky, “o discurso de um sujeito formula-se no cruzamento destas duas dimensões da estrutura, a vertical e a horizontal, ou seja, o discurso de um sujeito, vale dizer, sua *formulação*, produz-se no ponto em que o interdiscurso se encontra com o intradiscurso” (2003, p.103).

Nesses espaços discursivos supõe-se que todo sujeito falante sabe do que se fala, porque todo enunciado produzido nesses espaços reflete propriedades estruturais independentes de sua enunciação; essas propriedades se inscrevem, transparentemente, em uma descrição adequada do universo. (PÊCHEUX, 2008, p.31).

Em meio à constituição e à formulação, o sujeito tem uma ilusória apropriação do que diz, no entanto, não possui controle de seus dizeres, pois, a constituição do seu discurso é inconsciente e ideológica, visto que o faz a partir da sua inscrição em uma FD, sendo afetado pelo esquecimento e mobilizando dizeres outros. Nesse sentido, os dizeres constituem-se a partir do interdiscurso, que permite ao sujeito a apropriação de já-ditos.

Nesta associação entre estrutura vertical e horizontal considera-se o estudo dos discursos acerca do gênero neutro. Nesta perspectiva, compreende-se que o sujeito discursivo retoma já-ditos da memória discursiva, os quais serão ressignificados pelo intradiscurso, explicitando, principalmente, a maneira de se pensar as relações entre língua e ideologia.

Para Pêcheux, existem duas formas de esquecimento que são inerentes ao discurso, a saber: o esquecimento número 1 e o esquecimento número 2. O esquecimento número 2, diz respeito às questões enunciativas do discurso, segundo Pêcheux, é o esquecimento que

Todo sujeito “seleciona” no interior da formação discursiva que o domina [...] um enunciado, forma ou sequência, e não um outro, que, no entanto, está no campo daquilo que poderia reformulá-lo na formação discursiva considerada (1995, p. 173).

Ou seja, está relacionado ao modo que materializamos nossos dizeres no discurso. Ao mobilizarmos nossos dizeres vinculando-se a determinada formação discursiva, fazemos a escolha das proposições que podem ser ditas.

Por outro lado, o esquecimento número 1 é o qual o sujeito tem a ilusão de ser a origem de seus dizeres, no entanto, apenas ressignifica os sentidos já existentes no interdiscurso. Para Pêcheux, “o esquecimento número 1, que dá conta do fato de que o sujeito-falante, não pode, por definição, se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina” (1995, p. 173).

O sujeito discursivo constitui seus dizeres de acordo com esquecimentos que estão inscritos no interdiscurso e são rememorados na conexão com o intradiscurso. Neste contexto, este indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia na qual se identifica, e, assim, inscreve-se em uma formação discursiva que o determina aquilo que ele pode significar em conformidade com sua posição ideológica.

Consequentemente, o sujeito é afetado pelos esquecimentos e, a partir de então, identifica-se com os já-ditos e os mobiliza na produção de sentidos, como se fosse sua origem. Para Orlandi (2020), é desta forma que as palavras do sujeito adquirem sentido, “é assim que eles significam retomando palavras já existentes como se elas se originassem neles

e é assim que sentidos e sujeitos estão sempre em movimento, significando sempre de muitas e variadas maneiras” (p. 34).

Nesse sentido, ao ser interpelado pela ideologia inconscientemente, e atualizar seus dizeres conforme já-ditos, disponibilizados no interdiscurso, o sujeito tem a ilusória percepção de que é a origem do dizer. Essa impressão da evidência dos sentidos, demonstra o equivocado entendimento da linguagem como transparente. Segundo Orlandi (2020), “O sujeito pensa que sabe o que diz, mas não tem acesso ou controle sobre o modo pelo qual os sentidos se constituem nele” (ORLANDI, 2020, p.30).

Nesta pesquisa, a memória ocupa lugar central, uma vez que faz rememorar saberes já-ditos, mas esquecidos. Dessa forma, ao relacionar o discurso a já-ditos, tem-se a possibilidade de observar como tal discurso se atualiza, desliza e, conseqüentemente, materializa sentidos outros.

3. O GÊNERO NEUTRO: UM OLHAR PARA A ESTRUTURA DA LÍNGUA PORTUGUESA

A língua, como instituição social, está sujeita a se modificar ao longo do tempo conforme a necessidade de seus falantes e o contato com o social. Este assunto está totalmente interligado com as questões de gênero, que, na língua portuguesa, atualmente, vêm sendo demarcadas pelo gênero neutro o qual visa, sob a óptica de seus adeptos, dismantelar preconceitos causados pela binariedade das palavras e do uso do masculino como genérico, que propaga exclusões e preconceitos.

No entanto, a temática ainda é bastante problemática e vem causando repercussões variadas na sociedade. O fato é que existe uma relação de poder atrelada ao pôr em jogo questões ideológicas, visto que, existe, por um lado, a posição de sujeitos a favor da língua em movimento, em contato com o social e a mudanças, e, por outro lado, há os sujeitos que se inscrevem contra as mudanças a partir de uma perspectiva gramatical, que, sob esse viés, deve ser inviolável.

Essa problemática também está relacionada às condições normativas que a gramática apresenta, as quais demonstram como a língua pode influenciar nas desigualdades sociais sendo uma delas a de gênero, uma vez que não há, na gramática, uma estrutura que engloba todos os gêneros. Como consequência, e na tentativa de suprir essa desigualdade, há a mobilização, sobretudo, por parte da população LGBTQIA+, de alternativas para a não demarcação de gênero na língua, as quais já vêm sendo bastante utilizadas.

Nesse sentido, o gênero neutro, para seus adeptos, vem a demonstrar garantia de expressão, visibilidade e identidade a partir da língua, em que se objetiva não mais a binariedade de gênero, mas sim a neutralidade que privilegie as diferentes orientações sexuais, classes e gêneros. Mediante esta problemática da língua, destacam-se algumas questões gramaticais e morfológicas da língua portuguesa que demonstram, em parte, os motivos de tais movimentos em busca de mudanças na língua.

Ao observar a gramática da língua portuguesa, constata-se que, no português brasileiro (PB), os substantivos variam em gênero, grau e número. Quanto ao gênero, que é o que interessa neste trabalho, são definidos, segundo Rocha (2011), entre *substantivos de gênero único*, que são subdivididos em três tipos: os *sobrecomuns*, que possuem apenas um gênero gramatical para o feminino e o masculino (a criança). Os *epicenos*, que designam animais de diferentes sexos (a baleia). Os substantivos de um só gênero que designam coisas (o diamante/

a casa). Também, há os substantivos *comuns de dois gêneros*, em que “o artigo ou a terminação do determinativo acompanhante é que apontarão como masculinos ou femininos (o agente - a agente)” (ROCHA, 2011, p.117).

Ainda, a língua Portuguesa se estrutura quanto aos aspectos de flexão morfológica, a partir do gênero feminino e masculino, bem como afirma Mattoso Câmara, “em português e demais línguas românicas, da mesma sorte que no árabe, ou no hebraico, há uma divisão em MASCULINO e FEMININO, em que se repartem todos os nomes sem exceção” (1967, p. 130). No entanto, a gramática da língua portuguesa não possui um gênero neutro para que se agregue tanto masculino, feminino quanto demais gêneros como a população não binária. Neste caso, mesmo se a enunciação contiver substantivos femininos como constituinte, basta apresentar apenas um substantivo masculino para que isso ocorra, por exemplo:

- 1) Lúdia e Maria são irmãs.
- 2) Lúdia, Maria e Pedrinho são irmãos.

Na perspectiva de sujeitos a favor do uso do gênero neutro, estas construções sintáticas apresentadas acima demonstram a prevalência do sexo masculino como generalização das palavras, perpetuando-se certos estereótipos. É, por isso, que a língua portuguesa é, muitas vezes, tachada como machista, sendo que o masculino genérico é o que se apresenta na gramática, esse assunto vem ao encontro ao que já dizia Beauvoir, “O homem representa a um tempo o positivo e o neutro, a ponto de dizermos "os homens" para designar os seres humanos, tendo-se assimilado ao sentido singular do vocábulo vir o sentido geral da palavra homo” (BEAUVOIR, 1970, p. 9).

No entanto, este discurso que identifica a língua como machista é uma questão de escolhas lexicais socialmente constantes que reforçam preconceitos e a segregação pela língua, essa, sim, que, atravessada pela história e pela ideologia, significa conforme tais aspectos onde se encontra a presença do simbólico. Em outras palavras, a língua não é machista, são os usos que se fazem dela que permitem circular sentidos que privilegiam palavras uns em detrimentos de outros.

Por conta disso, há, cada vez mais, por parte de sujeitos ideologicamente a favor do gênero neutro a tentativa de mobilizar alternativas de uso da língua não sexista, neste processo de transformação social em que os discursos não privilegiem uns em detrimento dos outros. É nesse sentido que a problemática a respeito da padronização pelo masculino genérico vem perpassando a gramática ao mobilizar outras alternativas para uma comunicação menos polarizada.

Do mesmo modo, como consequência da binariedade entre feminino/masculino e o masculino genérico, há ainda um conflito de não pertencimento da população, que não se enquadra nem em feminino, nem em masculino, que são as chamadas pessoas não-binárias. Conseqüentemente, esse impasse faz com que, atualmente, o gênero neutro da língua portuguesa seja cada vez mais utilizado tanto entre a população LGBTQ1A+, quanto por uma série de adeptos e que passa a circular, principalmente, nas redes sociais, mesmo não sendo regulamentado pelos instrumentos linguísticos.

Mas afinal, o que é o gênero neutro? Primeiramente, é imprescindível considerar que falar em gênero neutro, é diferente de falar em linguagem inclusiva, por mais que no senso comum haja uma tendência a tratar os dois termos como sinônimos. Pois bem, a linguagem inclusiva tem como objetivo justamente não excluir ninguém, utilizando-se do léxico que já é materializado na língua, ou seja, não há alteração gramatical das palavras, por exemplo, ao invés de utilizar o masculino genérico: “Bom dia a todos”, a linguagem inclusiva busca elementos lexicais que fazem parte do apanhado da língua sem demarcar um gênero: “Bom dia, pessoal”.

Neste sentido, a linguagem inclusiva é uma alternativa bastante válida de uso da língua sem parâmetros exclusivos e/ou preconceituosos. Faz-se eficaz na medida em que não põe em confronto ou tenta mudar a estrutura gramatical, utilizando-se do léxico proporcionado pela língua como maneira de tratamento igualitário às pessoas.

Já no caso da linguagem neutra, ou gênero neutro, são mobilizados novos ícones que modificam a estrutura da língua, mas que, da mesma forma que a linguagem inclusiva, objetiva não ser excludente com ninguém. Os exemplos mais comuns são: o uso do sinal gráfico arroba (@), exemplo: tod@, o X, todxs, e também a letra “e” no final das palavras, é a partir desta perspectiva que o trabalho em desenvolvimento tece gestos de interpretação.

Mesmo que este assunto não esteja empregado nas gramáticas, é indubitável que o gênero neutro vem sendo utilizado em diferentes meios, principalmente no campo das redes sociais. Neste trabalho, se faz interessante, sobretudo, mobilizar discursos que consideram a estrutura do gênero neutro com a letra “e”.

Do mesmo modo, outra questão que é exposta pelas gramáticas e que corrobora para essa discriminação diz respeito à semelhança entre sexo e gênero. Considera-se, aqui, esta distinção fundamental, em vista disso, no dicionário Luft, encontramos que gênero “conjunto de espécies com caracteres comuns, 2. Divisão de família zoológica ou botânica 3. Qualidade; maneira; modo. 4. Classe de estilo, natureza ou técnica artística ou literária. 5. (Gram.) Categoria que classifica as palavras em neutras, masculinas ou femininas. Já o sexo, por sua

vez é definido como: “1. Conjunto de traços orgânicos diferenciados que nos seres vivos distinguem macho e fêmea. 2. Conjunto dos indivíduos pertencentes ao mesmo sexo. 3. Os órgãos genitais externos.

Já o termo gênero, é compreendido, conforme a perspectiva de Scott,

Na sua utilização mais recente, o termo "gênero" parece ter feito sua aparição inicial entre as feministas americanas, que queriam enfatizar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. A palavra indicava uma rejeição do determinismo biológico implícito no uso de termos como "sexo" ou "diferença sexual" (SCOTT, 1995, p. 72).

Partindo desta diferenciação, encontra-se, nas gramáticas de Língua Portuguesa, outro viés, a de gênero gramatical, que é a divisão entre feminino e masculino sendo morfológicamente conceituada, assim, gênero na gramática remete a ideia de sexo, ou feminino, ou masculino. No entanto, o conceito de gênero, traz a noção das diversas variações que o feminino e o masculino adquirem.

De acordo com Scott, “Na gramática, o gênero é compreendido como uma forma de classificar fenômenos, um sistema socialmente consensual de distinções e não uma descrição objetiva de traços inerentes” (SCOTT, 1995, p.72). Dentro desta perspectiva, compreende-se que o gênero é uma categoria de classificação conforme aspectos estruturais.

Para Cunha e Cintra, “há dois gêneros em português: o MASCULINO e o FEMININO. O masculino é o termo não marcado; o feminino o termo marcado” (CUNHA E CINTRA, 2013, p.202). Assim como também aponta Rocha (2011), na Gramática normativa da língua portuguesa, “Masculino é o substantivo que se puder juntar à forma masculina de um adjetivo, ou o artigo o; feminino, o que se puder juntar à forma feminina de um adjetivo, ou o artigo a” (p. 115).

Essa perspectiva também é exposta por Cunha e Cintra (2013), “O gênero de um substantivo não se conhece, de regra, nem pela sua significação, nem pela sua terminação [...] são geralmente femininos os nomes terminados em –a átomo: a aluna, a caneta. Executam-se, porém, clima, cometa, dia, fantasma [...]” (CUNHA E CINTRA, 2013, p. 203, 204). Além disso, existem alguns substantivos terminados em –a (que por regra devem ser femininos), que podem ser tanto masculinos quanto femininos, como por exemplo os substantivos comuns de dois gêneros (o/a artista).

Neste apanhado, a questão aqui é demonstrar que o gênero masculino, em alguns casos, não possui uma marcação, mas sim é utilizado como genérico apresentando morfema Ø (zero). Desse modo, a flexão é marcada pela desinência –a em caso de substantivos

atemáticos (cantor - cantor-a). Por outro viés, quanto ao masculino marcado, “os substantivos terminados em – o átono formam normalmente o feminino substituindo essa desinência por – a” (CUNHA E CINTRA, 2013, p. 206), como por exemplo: menino/menina.

Ainda sobre a não marcação do gênero masculino, Moura e Mäder afirmam que essa questão “trata-se de uma oposição estritamente gramatical (por exemplo, uma forma não marcada costuma ser morfologicamente mais simples) e aparentemente neutra do ponto de vista do gênero biológico dos referentes” (MÄDER; MOURA, 2022, p. 40). Mesmo com o uso do masculino para generalizar tanto homens quanto mulheres, ocorrem associações com o gênero masculino.

Sob um viés morfossintático, apresentam-se abordagens que questionam a gramática em sua normatividade classificatória. Nesses casos, observa-se que, na conceituação das gramáticas citadas, o gênero é exposto de maneira ampla e geral. De acordo com Freitas (2007),

Não cabe, na gramática estrutural, falar-se de gênero sob o aspecto genérico ou natural. O conceito de sexo não funciona sistematicamente implícito ao de gênero. Deve-se partir, na distribuição do sistema, de um critério formal-funcional, abandonando-se critérios arbitrários que, por longo tempo, dominam as gramáticas associando gênero linguístico ao conceito de sexo (FREITAS, 2007, p. 98-99).

É o que também aponta Câmara JR, ao questionar a maneira que a flexão de gênero aparece nas gramáticas, este linguista critica a flexão dos substantivos por associarem a noção de gênero a de sexo. Neste sentido, por exemplo, os substantivos sobrecomuns, (a criança/ a testemunha/ o pente) se enquadram apenas ou em feminino, ou em masculino e faz com que relacionemos sexo à gênero. Outro exemplo que o autor aponta é nos casos de substantivos inanimados (casa/ponte), que são nomes assexuados, e, portanto, não se poderia lhes assumir condições de sexo.

Nesse sentido, observa-se que a abrangente discussão mediada pelos defensores do gênero neutro é oriunda da crítica à gramática normativa, que não faz a distinção entre sexo e gênero e acaba predispondo um apagamento do feminino em detrimento do masculino, além de promover a não identificação, não apenas de homens e mulheres, mas também de pessoas não binárias. O gênero neutro, portanto, surge como uma resposta da militância a tais perspectivas gramáticas, com a finalidade de promover a inclusão de grupos minoritários da sociedade a partir da língua.

Essas reflexões permeiam o campo da linguística e interessam na medida em que permitem pensar as diferentes circulações do gênero neutro. Percebe-se, pois, a partir dos

fundamentos trazidos pela gramática, que a língua é uma estrutura, e tem a gramática como sua base. No entanto, ao ser pensada conforme sua inscrição na história, permite deslizos e ressignificações congruentes à necessidade de seus falantes, como aqui se faz no caso da linguagem neutra.

Portanto, esse estudo acerca das diferentes posições-sujeito se faz interessante na medida em que possibilita vislumbrar horizontes sociais de uso da língua em contraponto a um viés formal/gramatical.

4. A CONSTITUIÇÃO DO ARQUIVO E DOS GESTOS DE INTERPRETAÇÃO

A presente pesquisa busca lançar gestos de interpretação ao funcionamento de discursos acerca do gênero neutro. Para tanto, são mobilizados, como arquivo, discursos sobre o assunto que têm circulado tanto no contexto midiático, quanto em entrevistas postadas em canais do YouTube. Assim sendo, foram selecionados os discursos de duas especialistas da área de língua portuguesa, a saber: a linguística e gramática brasileira Moura Neves², a professora Cíntia Chagas³, formada em Letras e atualmente reconhecida por seu método de ensino da língua portuguesa; uma cartilha para calouros publicada pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC do Rio) e uma notícia que faz a divulgação da referida cartilha da PUC.

Diante deste arquivo, mobilizam-se, como *corpus* de análise, sequências discursivas (SDs), termo adotado de Courtine, segundo esse autor, as SDs são “sequências orais ou escritas de dimensão superior à frase” (COURTINE, 2009, p.55). A delimitação das sequências discursivas que compõem o *corpus* foi organizada conforme o parâmetro de regularidades linguísticas e posições apresentadas com recorrência nos discursos.

Desse modo, lançam-se gestos de interpretação ao *corpus* mobilizado, para compreender quais efeitos de sentido inscrevem-se no funcionamento discursivo, percebendo como o sujeito se constitui e significa a partir da inscrição em determinada FD. Portanto, neste processo, é importante lembrar que, nessa análise, os conceitos são mobilizados conforme o gesto do analista sobre o discurso analisado.

Com esse propósito, consideram-se dois movimentos de análise. Em um primeiro momento, objetiva-se investigar o discurso em sua materialidade linguística. Isto é, naquilo que se mostra em sua sintaxe e enquanto processo de enunciação (em que o sujeito se marca no que diz), fornecendo-nos pistas para compreendermos o modo como o discurso que pesquisamos se textualiza (ORLANDI, 2020, p.63). A partir de então, busca-se a constituição do processo discursivo, o qual é apresentado em um segundo movimento de análise.

Nesse sentido, ao lançar gestos de interpretação aos discursos acerca do gênero neutro, o movimento de análise identifica e descreve as materialidades linguísticas a fim de “observar o modo de construção, a estruturação, o modo de circulação e os diferentes gestos de leitura

² Doutora em letras Clássicas pela Universidade de São Paulo, professora emérita pela Universidade Estadual Paulista, além de linguista, desenvolve estudos sobre gramática relacionada aos usos do português.

³ Formada em Letras pela UFMG, atua como colunista da Forbes e é conhecida por sua metodologia do curso “fale direito, Brasil!” Sendo destaque em diversos jornais, tais como G1, Jornal Nacional e Jornal da Globo.

que constituem os sentidos do texto submetido à análise” (ORLANDI, 2020, p.65). Ademais, a partir da disposição das materialidades, parte-se para a compreensão do funcionamento do discurso ao relacioná-lo com as diferentes posições-sujeito e, conseqüentemente, a ideologia.

Para tanto, o movimento analítico divide-se em dois blocos de análise, o primeiro constitui-se por seqüências discursivas nas quais observam-se regularidades linguísticas vinculadas a uma posição-sujeito discursivo. O segundo bloco apresenta o viés Gramatical e constitui-se por seqüências discursivas vinculadas a uma posição sujeito de viés gramatical da língua.

As seqüências discursivas a serem analisadas no primeiro bloco são:

Quadro 1 - Língua Enquanto Acontecimento

Viés Discursivo
<p>SD1: Quando alguém usa, nas suas produções linguísticas, orais ou escritas, as marcas linguísticas que têm sido utilizadas com essa finalidade, ele está exercendo um papel social, marcado e importante, de condenação das discriminações. Entretanto, não se pode supor que, em um determinado momento da vida da sociedade, algum falante da língua, ou algum contingente de falantes, impelido pela motivação de uma conduta desejável, terá sucesso propondo uma alteração do ‘sistema’ da língua (Grifos da autora).</p> <p>Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2022/03/professora-e-linguista-com-70-anos-no-servico-publico-ve-equivoco-em-termo-linguagem-neutra.shtml?utm_source=facebook&utm_medium=social&utm_campaign=compf</p>
<p>SD2: Enunciado: Bem-Vindes, Caloures!</p> <p>Disponível em: https://diariodorio.com/bem-vindes-caloures-cartilha-para-novos-alunos-da-puc-usa-linguagem-neutra/</p>

Fonte: Autoria própria

Já as seqüências do segundo bloco são:

Quadro 2 - Língua Enquanto Estrutura

Viés Gramatical
<p>SD3: É uma grande bobagem, né?! Pra quem não sabe a gente chama de dialeto neutro, dialeto não binário esse jeito de falar criado pelas pessoas não binárias [...] com o intuito de neutralizar o feminino ou o masculino, só que isso não faz o menor sentido porque por exemplo, você pega a palavra pente, pente termina com a letra “e” e é Q pente, sabe? Não há nenhum embasamento linguístico pra isso. E a gente tem que pensar o seguinte: O português veio do latim, e no latim a gente tinha o masculino, o feminino e o neutro [...] e na passagem do latim para o português o que antes existia como neutro virou o quê? O masculino. Então, quando eu falo Boa noite a todos, eu já estou falando de homens e</p>

mulheres porque o **“todos” é neutro**. É o papel que existia no latim e que hoje quem cumpre é o masculino, **então uma outra bobagem aí é o tal do boa noite a todos e à todas**, que é uma redundância (Grifos da autora)

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=R8QQgAhXjOo>

SD4: Material com o **erro de português** foi lançado na semana passada e vem sendo distribuído para os estudantes que estão ingressando na universidade, pelo DCE (Grifos da autora).

Disponível em: <https://diariodorio.com/bem-vindes-caloures-cartilha-para-novos-alunos-da-puc-usa-linguagem-neutra/>

Fonte: Autoria própria

4.1 O PROCESSO DE DE-SUPERFICIALIZAÇÃO

Nesta seção, as sequências discursivas serão dispostas ao movimento de análise que diz respeito à descrição das materialidades, aqui se observa regularidades linguísticas, além disso, os discursos são postos ao processo de interpretação como objeto de reflexão, uma vez que, segundo Orlandi (2012), “A Análise de Discurso ocupa assim esse lugar em que se reconhece a impossibilidade de um acesso direto ao sentido” (p.21). A partir de então, procura-se observar a relação entre sujeitos e suas posições ideológicas para identificar vínculo a determinadas Formações Discursivas e compreender o funcionamento discursivo.

Parte-se da primeira sequência discursiva (SD1) do bloco 1, a qual diz respeito a uma entrevista de Moura Neves à Folha de São Paulo⁴, no dia 22 de março de 2022. Inicialmente, algumas materialidades linguísticas são evidenciadas, por exemplo, o sujeito discursivo refere-se à linguagem neutra como “marcas linguísticas” e expõe que, o sujeito, ao utilizar tais “marcas” em seus discursos, expressa-se em relação ao social da língua na tentativa de denunciar condições de discriminação vinculadas à linguagem.

Dessa forma, na SD1, o gênero neutro é compreendido como uma maneira de os sujeitos que reivindicam seu uso estarem inseridos socialmente, tendo como pressuposto, a língua. Essa perspectiva é materializada pelos efeitos de sentido que a palavra **social** aqui mobiliza, uma vez que se vinculam ao social, diferentes maneiras de participação na sociedade, sendo essas relações mantidas pela língua.

⁴ É um jornal brasileiro publicado na cidade de São Paulo e que possui grande popularidade, sendo o jornal que mais circula no Brasil.

Essa perspectiva social está ainda relacionada à circulação e uso do gênero neutro como uma forma de “**condenação das discriminações**”, sendo a linguagem neutra uma alternativa de se evitar as discriminações de gênero difundidas pela língua. Nesse sentido, o enunciado remete a memórias formuladas sócio-historicamente marcadas por uma sociedade patriarcal onde sempre houve a dominação masculina, aqui, tal dominação é exposta pelas marcas linguísticas que são predominantemente ligadas a homens através da regulamentação pela gramática da noção de masculino como termo genérico.

Nessa relação estabelecida com a memória, demonstra-se “a textualização do político, entendido discursivamente: a simbolização das relações de poder presentes no texto” (ORLANDI, 2020, p. 66). Dessa forma, é possível vislumbrar que a língua se vincula a relações de poder por estar relacionada a uma ideologia dominante e, nesse caso, ao retomar a memória discursiva que se constitui historicamente, o que se observa é a predominância da ideologia do viés gramatical que disponibiliza o que pode ser dito socialmente.

Desse modo, em uma sociedade socialmente marcada pela dominação masculina a partir do patriarcalismo, as minorias (nessa perspectiva as mulheres e população LGBTQIA+) sempre necessitaram e continuam necessitando lutar para ter vez na sociedade reivindicando espaço. Neste viés, salienta-se que é através da língua como manifestação das relações de poder, que se tem um modo sutil de propagação de crenças, conhecimentos e até mesmo preconceitos, e, ao mesmo tempo, é pela língua como expressão ideológica e política que surge a alternativa de luta para reivindicar visibilidade e o fim de tais discriminações.

Portanto, esse sujeito discursivo se inscreve em uma FD em que a língua é encarada por um viés social de lutas por direitos e que considera seu movimento frente a mudanças. Assim, o gênero neutro nesta FD assume a tentativa de romper com essa memória socialmente construída da sociedade patriarcal, uma vez que seus adeptos fazem o uso do gênero neutro justamente reivindicando mudanças para tornar a língua mais inclusiva.

No entanto, a SD1 também é composta por um discurso outro, que é demarcado pela conjunção *entretanto* na seguinte sequência: “**Entretanto**, não se pode supor que, em um determinado momento da vida da sociedade, algum falante da língua, ou algum contingente de falantes, **impelido pela motivação de uma conduta desejável**, terá sucesso propondo uma **alteração do ‘sistema’ da língua**”. De acordo com a gramática Normativa da Língua Portuguesa, *entretanto* é uma Conjunção Adversativa, sendo que esse grupo de conjunções “acentuam, não propriamente um contraste de ideias, mas uma espécie de concessão atenuada” (LIMA, 2011, p. 235).

Dessa maneira, o efeito discursivo que passa a significar é de ruptura com o fio do discurso inicial local que se observava a perspectiva social da língua a favor do gênero neutro. Neste caso, há um deslocamento de sentidos no discurso, marcado pela quebra causada pela conjunção, demonstrando o impasse da perspectiva gramatical que regulamenta a língua e torna as mudanças mais rígidas.

Compreende-se, na perspectiva discursiva aqui adotada, conforme Pêcheux (1995), que as formações discursivas não são homogêneas, isso explica o fato de que o sujeito da SD1 apresenta uma tomada de posição diferente do que está disposto em sua formação discursiva. Portanto, esta posição que o sujeito adota passa a expressar uma contra-identificação com a FD que ele se inscreve, a saber, a de viés discursivo a favor do uso do gênero neutro, assim, se coloca em movimento uma posição ideológica que põe em dúvida a mudança repentina na língua proposta pelo uso do gênero neutro.

Neste deslocamento de sentidos, a contra-identificação ocorre quando o sujeito discursivo menciona que a mudança no *sistema* da língua não é algo simples e executável apenas pela vontade de um grupo, e, por isso, remete seu discurso ao processo pelo qual a língua é submetida, ou seja, as regras que normatizam sua circulação. Esse sistema pode ser compreendido, conforme trata Saussure no **Curso de Linguística Geral**, o qual considera a língua como uma assimilação do signo linguístico como significado e significante, a língua, pois, é constituída nesse sistema em sua homogeneidade, deixando de lado as relações exteriores e com o sujeito, sendo assim, a língua como sistema: “é a parte social da linguagem, exterior ao indivíduo, que por si só, não pode nem criá-la, nem modificá-la: ela não existe senão em virtude duma espécie de contrato estabelecido entre membros de uma comunidade” (SAUSSURE, 2012, p.22).

Fica evidente, conforme Saussure, que o indivíduo por vontade própria não pode causar modificações na língua, esse fato também se explica, pois, a língua tem seu caráter herdado culturalmente, ela se constitui nas relações sociais ao longo do tempo. Desse modo, o sistema de signos precisa de uma motivação profícua maior que questões ideológicas para se modificar, assim como exposto pelo sujeito discursivo da SD1.

Ainda, para esclarecer essa questão volta-se a Saussure, sendo o significante imposto historicamente, esse teórico nos demonstra os motivos pelos quais: “Um dado estado de língua é sempre o produto de fatores históricos e são esses fatores que explicam porque o signo é imutável, vale dizer, porque resiste a toda substituição” (SAUSSURE, 2012, p. 85). Esse fundamento é compreendido pela noção de imutabilidade do signo linguístico que conforme Saussure, a língua não pode mudar por conta da arbitrariedade do signo, da grande

quantidade de signos para se constituir uma língua, pelo caráter complexo do sistema linguístico além do que se vê aqui como maior empecilho: a resistência social à renovação linguística.

Mas, do mesmo modo e de maneira complementar, a língua é pensada ademais da imutabilidade pelo seu caráter de mutabilidade. Nesse sentido, ao passo que existem as razões para a imutabilidade do signo, também se encontram fundamentos que a tornam mutável justamente pela questão que envolve sua materialidade através dos efeitos do tempo, que enquanto envolto nas relações sociais está passível às modificações das massas falantes, assim como pontua Saussure, “A língua já não é agora livre, porque o tempo permitirá às forças sociais que atuam sobre ela desenvolver seus efeitos” (SAUSSURE, 2012, p. 93).

Ao expor essa noção de sistema, o sujeito da SD1, por tomadas de posição, passa a questionar os sentidos da FD que se inscreve, contudo, não deixa de identificar-se a ela. Esse movimento de contra-identificação faz com que se remeta à Formação Discursiva a dúvida, segundo Indursky, “permite a instauração da diferença e da dúvida que são responsáveis pela constituição da contradição no âmbito dos saberes da Formação Discursiva” (INDURSKY, 2005, p. 6). Portanto, filia-se nesta FD de viés social ao pensar a língua, mas questiona os sentidos, o fato de se mudar a língua por plena vontade de certo grupo social, assim, o sujeito discursivo assume uma posição que provoca deslizamentos dos saberes aos quais se inscreve, e que principalmente questiona o fato de mudança da língua.

A relação de questionamento aos saberes da FD pode ser vista também como um efeito polissêmico, uma vez que segundo Orlandi “na polissemia, o que temos é deslocamento, ruptura de processos de significação. Ela joga com o equívoco” (ORLANDI, 2020, p. 34). Para explicitar, compreende-se, pois, que no interior da FD em que se inscreve o sujeito discursivo da SD1, a saber, a favor da língua em uma perspectiva social, identificam-se, pelo menos, duas posições-sujeito, nesse sentido, a contraposição da posição-sujeito com a forma sujeito da formação discursiva revelando a polissemia.

Tendo isso em vista, na SD1, ressalta-se uma posição-sujeito que encara a língua em seu caráter social, a qual é regida pela ideologia a favor do gênero neutro, logo, os efeitos de sentido produzidos em um primeiro momento a compreendem enquanto relacionado a uma posição social ideologicamente fundamentada pelo funcionamento do gênero neutro como uma maneira de evitar discriminações. Mas, ao ser exposta ao sistema da língua, esse sujeito passa a questionar essa mudança tendo em vista as condições de mudança, apresenta um sentido outro, oriundo de uma posição-sujeito que coloca em dúvida as formulações dessa FD, questionando, justamente, a motivação e materialização dessa mudança no sistema.

Ainda no viés do bloco 1, tem-se a SD2 na qual se ressalta a perspectiva do gênero neutro já em circulação na esfera acadêmica. Trata-se de uma cartilha de boas-vindas aos calouros da PUC do Rio que utiliza a linguagem neutra exposta pelo uso da palavra “todes”.

Observa-se que essa SD está inscrita em uma FD que entende a língua enquanto viés discursivo que a encara enquanto um sistema mas também em seu funcionamento social, e, por isso, põe em uso a linguagem neutra. Esse viés discursivo é demarcado por uma posição que compreende o gênero neutro como um movimento social que visa incluir a todos por marcações linguísticas.

Coloca-se esse discurso em contraponto com a SD4, que se refere, justamente, a uma notícia publicada no jornal *Diário do Rio*. Esse discurso foi selecionado por divulgar o uso da linguagem neutra utilizada na cartilha da PUC fazendo circular um sentido outro: o de questionamento ao emprego do gênero neutro.

O que aqui se destaca é o uso do gênero neutro compreendido como um *erro de português*. Para Indursky “o discurso de um sujeito, vale dizer, sua formulação, produz-se no ponto em que o interdiscurso se encontra com o intradiscurso. E é neste momento que a repetição tem lugar” (INDURSKY, 2003, p.103), portanto, a repetição e formulação deste discurso podem ser percebidas pela retomada da perspectiva gramatical de se pensar as relações da língua. Logo, os efeitos de sentido produzidos, a partir desta perspectiva, relacionam-se à língua enquanto estrutura que funciona conforme as regras da gramática, logo o que destoa é visto como um erro gramatical, sendo o caso do gênero neutro.

Dessa forma, pode-se elencar que o discurso que trata o gênero neutro como um *erro de português* é um reflexo da sociedade que gira em torno da dicotomia certo e errado. Esse é um imaginário de língua fundamentado pelos pressupostos da gramática normativa, a qual materializa as regras do bem falar e do bem escrever, e regulamenta a língua em uma perspectiva

Nessa mesma perspectiva, lançam-se gestos de interpretação à SD3 que remete ao discurso da professora Cíntia Chagas em uma entrevista para o canal Jovem Pan Entretenimento do Youtube. Seleciona-se o discurso desta professora tendo em vista sua frequente participação tanto em entrevistas jornalísticas veiculadas por redes televisivas, quanto nas redes sociais, como, por exemplo, o YouTube, meios pelos quais reitera sua posição frente à temática da linguagem neutra em uma posição contrária ao uso e circulação do gênero neutro.

Ao observar as recorrências linguísticas presentes na SD3, é possível vislumbrar já inicialmente que o sujeito discursivo expõe sua posição frente à temática da linguagem neutra.

Essa posição é exposta ao empregar o termo “bobagem” para se referir ao assunto, vislumbra-se que esse sujeito compreende toda a reivindicação que os grupos sociais mobilizam a favor da inclusão pelo uso do gênero neutro e que, para esse grupo é fundamental, em uma perspectiva gramatical, no qual o assunto é tido como insignificante e desnecessário, ademais de incorreto.

Esse sujeito enuncia de uma perspectiva de reafirmação dos sentidos expostos gramaticalmente que se fortalecem pela ideologia contrária à circulação da linguagem neutra ao materializar esse viés gramatical. Há uma relação de estabilidade entre esses dizeres, uma vez que são rememorados e não rompem com a memória da sociedade patriarcal nem da regulamentação pela gramática, fazendo o discurso funcionar por uma perspectiva de estrutura.

Já foi observado que a posição-sujeito contrária ao uso da linguagem neutra é fundamentada por explicações linguísticas, no entanto, o exemplo do substantivo *pente*, não é o mais apropriado para se considerar a linguagem neutra, uma vez que “os manuais de linguagem neutra (CASSIANO, 2019; ALMEIDA, 2020) sugerem explicitamente que ela seja usada para marcar neutralidade, ou quando não se sabe o gênero da pessoa, ou como uma forma inclusiva de se referir às pessoas” (CAVALCANTE, 2022, p. 76). É essencial esclarecer que o que está em questão no uso do gênero neutro não é sua relação a substantivos inanimados, mas, sim, seu emprego diante de pessoas que não se identificam com a binariedade feminino/masculino. Nesse sentido, compreende-se que o gênero neutro deve ser utilizado nesse caso para se referir a pessoas, e não a animais ou objetos.

Nessa perspectiva empregada pelo sujeito discursivo da SD3, as marcas linguísticas postas em funcionamento pelo gênero neutro representam uma redundância, pois, o sujeito inscrito nessa FD considera o uso do masculino como genérico, assim como ditam as regras, essa posição é materializada quando o sujeito encara o masculino como genérico, algo que é reivindicado pelos apoiadores do gênero neutro. Logo, os efeitos de sentido que o gênero neutro faz circular, conforme este sujeito, é de repetição desnecessária, sendo, como o exemplo citado o **boa noite a todos** suficiente para incluir todas as pessoas, de todos os gêneros, classes, pois o todos marca aqui o masculino genérico.

Nesse sentido, a perspectiva adotada pelos discursos mobilizados no bloco 2, apresentam um viés gramatical e remetem a língua a uma formação imaginária de homogeneidade linguística.

Ainda neste mesmo horizonte gramaticalmente correto, a linguagem neutra também está em pauta no campo legislativo. Existem projetos de lei que circulam como maneira de

impedir a circulação do gênero neutro e assim regulamentar os dizeres com o intuito de se manter intocável o imaginário da língua socialmente constituído.

Um exemplo é a lei nº 13.154 de 15 de junho de 2022 que foi sancionada pelo prefeito de Porto Alegre, Sebastião Melo, e diz o seguinte:

Garante aos estudantes do Município de Porto Alegre o direito ao aprendizado da língua portuguesa de acordo com as normas e as orientações legais de ensino, com o Vocabulário Oficial da Língua Portuguesa e com a gramática elaborada nos termos da reforma ortográfica ratificada pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e obriga o emprego da norma gramatical e ortográfica padrão em toda a comunicação externa e com a população em geral realizada por parte da Administração Pública Municipal, Direta e Indireta (Porto Alegre, 2022).

Observa-se que esta lei visa defender os valores tradicionais afirmados pela gramática, nesse sentido, ao marcar tais valores como obrigatórios, exclui qualquer desvio linguístico. Essa noção propõe tornar a língua intocável e, com isso, proíbe além da linguagem neutra qualquer manifestação linguística que não esteja compatível com a língua padrão.

O questionamento que aqui se suscita é: Porque a proibição precisa vir em forma de lei? E o que está envolto nessa proibição? Os gestos de interpretação lançados demonstram a lei como a regra máxima de uma sociedade a qual os cidadãos de uma nação precisam se submeter para a garantia de direitos. Ao trazer à tona novamente a perspectiva de que o uso da linguagem neutra é gramaticalmente incorreto, vê-se que, além da defesa da gramática e de uma língua “cultura”, se tem a tentativa de barrar o diferente não só em termos linguísticos, mas também no apagamento de grupos sociais que são minoritários e reivindicam direitos.

Esse imaginário de língua endereça à Orlandi, quando faz a distinção entre língua imaginária e língua fluida, para essa autora “a língua imaginária é aquela que os analistas fixam com suas sistematizações e a língua fluida é aquela que não se deixa imobilizar nas redes dos sistemas e das fórmulas” (ORLANDI, 2008, p. 86). Em vista disso, é possível relacionar a língua enquanto vinculada à primazia da gramática como língua imaginária, na tentativa de se manter tal imaginário tanto linguístico quanto social. Portanto, ao tornar o uso da norma padrão obrigatório e, conseqüentemente, causar exclusão de expressões outras, contribui para a ficção de um imaginário de língua que reforça a memória constituída historicamente em uma tentativa de proteger a língua e manter também uma falsa homogeneidade social.

Ademais, os efeitos de sentido que circunscrevem o enunciado gênero neutro são diferentes, considerando que para Orlandi, “o sentido não existe em si mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras

são produzidas” (ORLANDI, 2020, p.40). Dessa maneira, uma vez que os sentidos são indissociáveis da língua e da ideologia, o sujeito precisa se submeter aos efeitos exteriores para produzir seu discurso de acordo com a formação ideológica constituinte da formação discursiva a qual se identifica.

Desse modo, ao ressaltar que a constituição dos sentidos é atravessada pela ideologia, observa-se que ela se apresenta diferentemente em cada SD já que se configuram em diferentes formações discursivas. Assim como já dizia Pêcheux (1995), o sentido das palavras não existe literalmente, mas, sim, é construído no interior das formações discursivas. Por isso, aqui o gênero neutro, na SD1 e SD2, significa diferente da SD3 e SD4, são as posições ideológicas que determinam os sentidos atribuídos ao gênero neutro e que fazem circular esses sentidos.

Compreende-se que os sentidos que circunscrevem a temática do "gênero neutro" nestes discursos são demarcados por um viés social de lutas e reivindicações por direitos dentro de uma sociedade patriarcal. Mas ao mesmo tempo, faz funcionar uma perspectiva estruturalista e conservadora da língua que remete esses discursos à noção de erro gramatical.

Do mesmo modo, os discursos não são produtos acabados, mas, sim, objetos abertos a reformulações, ao se considerar a incompletude que lhe é constitutiva. Essa perspectiva vem de encontro à definição de Orlandi, em que afirma: “A palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando” (ORLANDI, 2020, p. 15).

4.2 O LOGICAMENTE ESTABILIZADO: DA ESTRUTURA AO ACONTECIMENTO

Nesta seção, apresenta-se, por um lado, os discursos mobilizados a partir do que é estável e do nível da repetibilidade e, por outro, discursos que instauram a diferença e o novo. Com essa finalidade, consideram-se os termos de estrutura e acontecimento desenvolvidos por Pêcheux.

Partindo dessa perspectiva, Pêcheux (2008), considera o discurso como a assimilação entre estrutura e acontecimento. A estrutura é compreendida como um domínio do pensamento que engloba o logicamente estabilizado, neste caso, não considera o equívoco da língua e suas possibilidades de deslocamento de sentidos. A análise aqui proposta enquadra a perspectiva gramatical nesta normatividade estrutural.

Já o acontecimento, por sua vez, é demarcado no encontro do interdiscurso com o intradiscurso, em uma perspectiva em que o discurso produzido nesta associação, ressignifica, produz um discurso outro a partir da polissemia e paráfrase, mas que ainda leva em consideração os traços da memória discursiva. Dessa forma, existem as possibilidades de repetição do enunciado que estão no nível do interdiscurso, e os enunciados ditos no presente, o encontro entre essas duas possibilidades se situa o acontecimento discursivo, como se observa nas palavras de Brito,

Por ser acontecimento (o encontro entre uma atualidade e uma memória), o discurso retoma formulações anteriores e abre a possibilidade para que outros discursos sejam formulados a partir dele; por ser estrutura, o discurso é uma materialidade linguística que possibilita esse encontro, ou seja, o acontecimento discursivo só é possível porque há uma estrutura que o possibilita e que, também, é responsável pelo efeito de sentido produzido (os enunciados têm uma forma material que produz efeito de sentido) (BRITO, 2012, p.556).

Nesse cenário, observa-se que, sob a perspectiva discursiva, a língua está exposta a rupturas e falhas. Ao analisar o funcionamento discursivo das SDs, compreende-se que se articulam, na perspectiva da estrutura e do acontecimento ao colocarem em confronto tanto aspectos que são de ordem estrutural, como o sistema da língua até a ressignificação desses discursos por meio da assimilação entre o interdiscurso e o intradiscurso e suas reformulações.

Ainda, os discursos que estão na ordem da paráfrase e repetibilidade da memória marcada pela gramática incluem-se na estrutura, e os discursos que ressignificam os usos da gramática marcam um acontecimento discursivo.

Ao lançar gestos de interpretação à SD1 que engloba uma perspectiva discursiva, observa-se que essa FD remete a se pensar na noção de acontecimento. Por ser a favor da língua em uma perspectiva social e que considera o gênero neutro como força e luta por direitos, o sujeito discursivo se põe em um viés de ruptura com a memória trazida pelo horizonte gramatical e pelas questões que se atrelam a isso como as exclusões, preconceitos e patriarcalismo materializados pela língua. Essa ruptura é materializada pela defesa do gênero neutro, mesmo quando esse sujeito passa a questionar os saberes da FD, e instaura a dúvida imposta pelos paradigmas gramaticais, continua estando inscrito na FD social e, dessa forma, materializa o acontecimento.

Do mesmo modo, o discurso da SD2 marca um acontecimento discursivo ao pôr em evidência sentidos vinculados à circulação do gênero neutro em uma perspectiva social. Estando este sujeito inscrito em uma FD de defesa do gênero neutro, o discurso da SD2 vem a

atualizar os sentidos mais uma vez impostos pela memória de normatividade, que busca romper com essa memória socialmente construída de discriminações a partir de um viés que considera a língua como objeto social e, por isso, possível a mudanças.

Nesse sentido, origina-se um deslocamento e, conseqüentemente, causa a ruptura com essa memória justamente pelo uso do gênero neutro. No entanto, esse acontecimento discursivo não pode causar o esquecimento dos efeitos da memória, ou seja, o sentido-outro segue significando, assim como afirma Indursky,

Um acontecimento discursivo rompe com a inscrição na ordem da repetibilidade, mas não tem como apagar a memória, a ressonância do sentido-outro. Dito de outra forma: um acontecimento discursivo rompe com a ordem do repetível, instaurando um novo sentido, mas não consegue produzir o “esquecimento” do sentido-outro, que o precede (INDURSKY, 2003, p.107).

No entanto, partindo dos discursos do segundo bloco - viés gramatical, a SD3 e SD4 estão inscritas em uma FD que critica as mudanças do gênero neutro, são discursos que materializam a língua pela memória gramatical. O que se defende é o uso correto da língua conforme a norma padrão, logo, esses discursos seguem no nível da repetibilidade que traz a memória gramatical.

Nesses discursos, a língua é uma estrutura que não deve mudar, há uma posição ideológica marcada que rememora a gramática e, por isso, tem-se enunciados pensados na estrutura da língua, enquanto um sistema regulamentado pela gramática normativa.

Há, portanto, ao analisar esses discursos, duas perspectivas em jogo que alicerçam a análise aqui proposta. O gênero neutro visto como um acontecimento discursivo que desloca os sentidos socialmente constituídos pelo patriarcalismo e pela gramática considerados em sua equivocidade e a possibilidade de sentidos outros, bem como o gênero neutro na perspectiva de estrutura enquanto estabilidade e que desconsidera a língua em equivocidade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que, na perspectiva teórica adotada neste trabalho, não se trabalha com um objeto fechado, é importante salientar que o arquivo mobilizado segue aberto, assim como pontua Orlandi, “uma vez analisado, o objeto permanece para novas e novas abordagens. Ele não se esgota em uma descrição” (ORLANDI, 2020, p.62). Portanto, as análises consideram a língua em seu funcionamento, em que foram constatados, principalmente, duas redes de formações discursivas que circunscrevem os usos do gênero neutro.

Neste sentido, a partir do dispositivo analítico, evidenciou-se que os discursos sobre o gênero neutro se inscrevem em Formações Discursivas antagônicas. Se, por um lado, há a identificação de sujeitos com uma FD de viés social, a favor do uso do gênero neutro; por outro, há a FD em que se inscrevem, inconscientemente, sujeitos que criticam a circulação da linguagem neutra a encarando como uma inadequação à norma padrão. Desse modo, funcionam, nesse âmbito, diferentes posições ideológicas e que os sujeitos enunciam a partir de suas posições-sujeitos tornando explícita a posição ideológica de cada um.

Observou-se que a FD do bloco de viés discursivo vincula-se à noção de acontecimento, fazendo circular um deslocamento de sentidos entre a articulação e a formulação, causando uma ruptura na perspectiva gramatical, materializando assim a perspectiva de funcionamento. Por outro lado, a FD do bloco dois, de viés gramatical, apresenta a língua enquanto estrutura por considerar a repetibilidade da memória trazida que a materializa como sistema linguístico. Portanto, pode-se considerar, pelas relações estabelecidas pelos discursos analisados, que a língua é estrutura e acontecimento, ou seja, se por um lado é regida pelo sistema, do mesmo modo é também entendida em seu funcionamento.

Foi possível perceber que os discursos em análise funcionam como posições antagônicas, demonstrando que o gênero neutro é uma questão de ideologia e política. Dessa forma, cada sujeito discursivo materializa no discurso a ideologia conforme a FD na qual se inscreve, por isso, ao passo que existem adeptos a essa mudança na língua, aqueles que a veem no uso do gênero neutro uma alternativa contra discriminações; em contraponto, há outros grupos que criticam mobilizam uma posição crítica frente à linguagem neutra marcada ideologicamente em preservação à língua padrão.

Porém, é importante ainda considerar que apesar das questões ideológicas que circundam a temática do gênero neutro como reivindicação de discriminações, a mudança no

sistema da língua é delicada e envolve mais que motivações ideológicas, assim como se encontra na SD1. A pergunta que fica é, será mesmo que essa mudança na língua é capaz de provocar o apagamento das dificuldades enfrentadas pelos grupos que reivindicam a linguagem neutra uma mudança ainda maior de questões de discriminação? Conforme a perspectiva aqui adotada, não basta apenas reivindicar direitos pela língua como não binária em uma luta pela mudança na estrutura do Português Brasileiro, mas, sim, cabe uma mudança da sociedade frente aos paradigmas discriminatórios.

Conclui-se que apesar de tentar mobilizar uma mudança de valores a partir da língua, o gênero neutro não rompe com a memória socialmente construída pelo patriarcalismo e conseqüentemente, não apaga efeitos de discriminações sociais. No entanto, é uma maneira que sujeitos ideologicamente a favor mobilizam para justamente alcançar essa ruptura.

6. REFERÊNCIAS

- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo Sexo**. Tradução de Sérgio Milliet. 4ª ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.
- BRASIL. Lei nº 13.154 de 15 de junho de 2022. Disponível em <https://www.camarapoa.rs.gov.br/draco/processos/136350/Lei_13154.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2022.
- BRITO, Luiz André Neves de. (Re)Lendo Michel Pêcheux: como a análise do discurso de linha francesa apreende a materialidade discursiva?. **Eutomia**. V. 1, N. 09, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/EUTOMIA/article/view/967/746>>. Acesso em: 23 fev. 2022.
- CAVALCANTE, Silvia. A morfologia de gênero neutro e a mudança acima do nível de consciência. In: FILHO, Fábio Ramos Barbosa; OTHERO, Gabriel De Ávila (org.). **Linguagem “Neutra”: Língua e Gênero em Debate**. 1.ed. São Paulo: Parábola, 2022.
- COURTINE, Jean-Jacques. O conceito de formação discursiva. In: Baronas, Roberto Leiser. **Análise de discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva**. Araraquara: Letraria, 2020.
- _____. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Paulo, SP: EdUFSCar, 2009.
- CUNHA, Celso & CINTRA, Lindley. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.
- FERREIRA, Maria Cristina Leandro. O caráter singular da língua na análise do discurso. **Organon**. Porto Alegre. Vol. 17, n. 35, 2003. p. 189-200. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/173278>>. Acesso em: 23 fev. 2022.
- FREITAS, Horácio Rolim de. **Princípios de Morfologia**. 5. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.
- INDURSKY, Freda. **Formação discursiva: ela ainda merece que lutemos por ela?** In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO-SEAD, 2, p. 1-11, 2005. Porto Alegre. Anais eletrônicos [...] Porto Alegre: UFRGS, 2005. Disponível em: http://anaisdosead.com.br/sead2_simposios.html. Acesso em: 15 fev. 2022.
- _____. **O TRABALHO DISCURSIVO DO SUJEITO ENTRE O MEMORÁVEL E A DERIVA**. In: Signo y seña. 2013. Disponível em: <http://revistascientificas.filo.uba.ar/index.php/sys>. Acesso em: 15 de fev. 2022.
- _____. Lula lá: estrutura e acontecimento. **Organon**, Porto Alegre: UFRGS, v. 17, n. 35, p. 101-121, 2003.
- JOVEM PAN ENTRETENIMENTO. **Cíntia Chagas explica porque a linguagem neutra é incorreta**. YouTube, 14 de jan. de 2021. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=R8QQgAhXjOo>>. Acesso em: 15 de fev. de 2022

ORLANDI, Eni P. **Discurso e texto: Formulação e circulação dos sentidos**. 4. ed. Campinas SP: Pontes Editores, 2012.

_____. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 13 ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020.

_____. **Terra à vista - Discurso do confronto: Velho e Novo Mundo**. 2 ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2008.

_____. **Exterioridade e Ideologia**. In: Cad. Est. Ling., Campinas, SP: 1996.

PFEIFFER, Claudia C. **Introdução às ciências da linguagem - Linguagem, história e conhecimento**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006.

Professora e linguista com 70 anos no serviço público vê equívoco em termo 'linguagem neutra'. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 31 de mar. 2022. Disponível em:

<[https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2022/03/professora-e-linguista-com-70-anos-no-servico-publico-ve-equivoco-em-termo-linguagem-](https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2022/03/professora-e-linguista-com-70-anos-no-servico-publico-ve-equivoco-em-termo-linguagem-neutra.shtml?utm_source=facebook&utm_medium=social&utm_campaign=compfb)

[neutra.shtml?utm_source=facebook&utm_medium=social&utm_campaign=compfb](https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2022/03/professora-e-linguista-com-70-anos-no-servico-publico-ve-equivoco-em-termo-linguagem-neutra.shtml?utm_source=facebook&utm_medium=social&utm_campaign=compfb)> Acesso em: 30 fev. 2022.

MOURA, Heronides; MÄDER, Guilherme, R.C. Reversão de gênero gramatical no português brasileiro. In: FILHO, Fábio Ramos Barbosa; OTHERO, Gabriel De Ávila (org.). **Linguagem “Neutra”**: Língua e Gênero em Debate. 1.ed. São Paulo: Parábola, 2022.

MATTOSO CÂMARA Jr., Joaquim. **Princípios de Lingüística Geral como introdução aos Estudos Superiores da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1967.

Pêcheux, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Tradução: Eni P. Orlandi – 5. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2008.

_____. **Semântica e Discurso: Uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução: Eni P. Orlandi. 2. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995.

ROCHA, Lima. **Gramática Normativa da Língua Portuguesa**. 49 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

SAUSSURE, F. de. **Curso de Linguística Geral**. Organização Charles Bally e Albert Sechehaye; com a colaboração de Albert Riedlinger. Tradução: Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 28ª ed. São Paulo: Cultrix, 2012.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

SOUSA, Lucília Maria Abrahão. Formação discursiva e movimentos do sujeito: de como o cortador de cana é falado na mídia. In: Baronas, Roberto Leiser. **Análise de discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva**. Araraquara: Letraria, 2020, p. 361-376.

7. ANEXO A – CARTILHA DE BOAS VINDAS PUC

